



Às nove horas do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; ausência justificada do Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA e MÁRCIA COSTA**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspiraí, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA e MÁRCIA COSTA**, para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 046/2016. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1372012007-00; Fundo Municipal de Saúde de Marituba; Prestação de Contas – 2007 (Contas de Gestão)**; Responsável: Vitor Manuel de Jesus Mateus; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo, com pedido de VISTA ao Conselheiro Aloísio Chaves, na Sessão Plenária do dia 05/04/2016; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloísio Chaves proferiu seu **VOTO VISTA**, acompanhando o voto do Conselheiro Relator no que diz respeito a irregularidade das contas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, porém com a alteração do valor das multas anteriormente aplicadas, e a cominação de multa pelo não atendimento a Notificação deste Tribunal. **Em votação:** na presente Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros Cezar Colares, Daniel Lavareda e Antônio José Guimarães, acompanharam o Relator no que diz respeito a irregularidade das contas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, com as alterações constantes no voto do Conselheiro Aloísio Chaves. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou a divergência, com a exclusão das multas. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com aplicação das multas constantes no voto vista do Conselheiro Aloísio Chaves (Acórdão nº 29.002). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo quanto ao valor das multas e a cominação de multa pelo não atendimento a Notificação deste Tribunal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 922392008-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Gestão)**; Responsável: Kleper Wandson Figueiredo de Carvalho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão, com pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão Plenária do dia 06/10/2015; **Publicado no DOE**



41 **nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda  
42 proferiu seu **VOTO VISTA**, acompanhando o Relator. **Em votação:** na Sessão Plenária do dia  
43 06/10/2015, o Conselheiro Sérgio Leão proferiu seu **VOTO:** “*pela não aprovação das Contas do Fundo*  
44 *Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Dom Eliseu*”. Na presente Sessão, após o  
45 voto Vista, os Conselheiros, Cezar Colares, Aloísio Chaves, Mara Lúcia e Antônio José Guimarães,  
46 acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
47 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas (Acórdão nº 29.455). Presidência do  
48 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação do Conselheiro José Carlos Araújo.  
49 Vencida a Conselheira quanto à exclusão da aplicação da multa. **Processo nº 201608156-00**  
50 **(602012008-00); Fundo Municipal de Saúde de Prainha; Pedido de Revisão** contra a  
51 **decisão contida no Acórdão nº 26.405, de 12.03.15 (Exame de admissibilidade com pedido de efeito**  
52 **suspensivo);** Responsável: Sheila Nazaré dos Santos Saraty; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;  
53 Advogada: Sacha Batista Carneiro (OAB/PA nº 18.086); **Publicado no DOE nº 33.209, de**  
54 **12.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao Plenário  
55 preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi  
56 colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
57 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.700). Presidência  
58 do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.  
59 **Processo nº 370012011-00; Prefeitura Municipal de Itupiranga; Prestação de Contas –**  
60 **2011 (Contas de Governo);** Responsável: Benjamin Tasta; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério  
61 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;  
62 **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
63 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela  
64 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
65 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
66 decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas (Resolução nº  
67 12.701). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 370012011-00; Prefeitura**  
68 **Municipal de Itupiranga; Prestação de Contas – 2011 (Contas de Gestão);** Responsável:  
69 Benjamin Tasta; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame  
70 da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.**  
71 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
72 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
73 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
74 decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de  
75 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.456)). Presidência do Conselheiro  
76 Cezar Colares. **Processo nº 1190012006-00; Prefeitura Municipal de Novo Repartimento;**  
77 **Prestação de Contas – 2006;** Responsável: Bersajone Moura; Instrução: Auditores Alessandra S.  
78 Tavares Braga e Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:  
79 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Oscar Barros Cavalcante; **Publicado no DOE nº**  
80 **33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de Parecer Prévio, recomendando à Câmara Municipal de Novo Repartimento a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Bersajone Moura, face a realização de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, tendo como fonte de recursos a compensação financeira pela utilização de Royalties*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda divergiu do Relator e votou pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas, por entender que a realização de despesas oriundas das receitas dos Royalties nunca foi apontada como ponto de controle no Tribunal. Os Conselheiros, Aloísio Chaves e José Carlos Araújo, acompanharam a divergência. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou a divergência, com a exclusão da aplicação das multas. O Conselheiro Antônio José Guimarães acompanhou o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Resolução nº 12.702). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencidos os Conselheiros, Cezar Colares e Antônio José Guimarães. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 270012007-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Prestação de Contas - 2007**; Responsável: Álvaro Brito Xavier; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Lourival José Marreiro da Costa; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria**: com aplicação de multa (Resolução nº 12.703). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação da multa. **Processo nº 910012007-00; Prefeitura Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas - 2007**; Responsável: Sebastião Curió Rodrigues de Moura; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogada/Contadora: Leda M. Sadala Brito; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Resolução nº 12.704). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à aplicação de multas. **Processo nº 440012007-00; Prefeitura Municipal de Marapanim; Prestação de Contas - 2007**; Responsável: Paulo Silvio da Gama Alves; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;



Relatora convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído do gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves); Contador: Suetônio de Andrade Soares (CRC nº 5.369); **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Resolução nº 12.705). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à aplicação de multas. **Processo nº 360052003-00; Fundo Municipal de Educação de Itaituba; Prestação de Contas - 2003;** Responsáveis: Valdo Luiz dos Santos Gaspar (de 01/01 a 28/09/2003) e Maria de Araújo Costa (de 29/09 a 31/12/2003); Instrução: Auditor Luiz Daniel Lavareda Reis Júnior / 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu se **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, inabilitação dos Ordenadores para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, indisponibilidade dos bens dos Ordenadores, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Acórdão nº 29.457). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à aplicação das multas. Com impedimento do Conselheiro Daniel Lavareda que funcionou nos autos como Auditor, à época. **Processo nº 201111440-00; Casa do Estudante de Marabá; Prestação de Contas – 2011 (Contas de Gestão);** Responsável: Elkson Matos Santos Silva; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento (Acórdão nº 29.458). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 140052007-00; Gabinete do Prefeito de Belém; Prestação de Contas – 2016 (Contas de Gestão);** Responsáveis: Sílvia Helena Barbosa Randel, Elton Barros Braga (07/14 de março de 10/31 de julho), Heloísa da Silva Mota (01, 27, 30 e 31/08; 11, 12, 25, 26/09); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas da Sra. Heloísa Mota, e pela irregularidade das contas dos Srs. Elton Braga e Sílvia Randel. A





matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalvas, das contas dos Srs. Elton Braga e Heloísa Mota, e pela irregularidade das contas da Sra. Silvia Randel, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.459). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 423972009-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Marabá; Prestação de Contas – 2009 (Contas de Gestão)**; Responsável: Karam El Hajjar; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas (Acórdão nº 29.460). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloísio Chaves e Daniel Lavareda. **Processo nº 874042013-00; Fundo Municipal de Economia Popular e Solidária de Xinguara; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Osvaldo de Oliveira Assunção Junior; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Délio Amaral Viana; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 29.461). Presidência do Daniel Lavareda. **Processo nº 134272012-00; Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Barcarena; Prestação de Contas - 2012**; Responsável: João Carlos dos Santos Dias; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Alan Nazareno P. dos Santos; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.462). Presidência do Daniel Lavareda. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 424002004-00; Fundo Municipal de Saúde de Marabá; Prestação de Contas - 2004**; Responsáveis: Eugênio Caetano Alegretti Neto (01.01 à 01.40), Janice Rassin C. Ferreira (02.04 à 14.10), e Pedro Côrrea Lima (15.10 à 31.12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: José Soares da Silva; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, dos Srs. Eugênio Alegretti e Pedro Lima, e pela irregularidade das contas da Sra. Janice Ferreira. A matéria



foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, dos Ordenadores (Acórdão nº 29.463). Presidência do Daniel Lavareda. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 424142004-00; Secretaria Municipal de Educação de Marabá; Prestação de Contas – 2004**; Responsável: Kátia Virgínia Américo Garcia; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: José Soares Silva; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva (Acórdão nº 29.464). Presidência do Daniel Lavareda. **Processo nº 874022014-00; Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Xinguara; Prestação de Contas – 2014**; Responsável: Edgar Ferreira Pereira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regia Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Délio Amaral Viana; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.465). Presidência do Daniel Lavareda. **Processo nº 1073302014-00; Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Abel Figueiredo; Prestação de Contas – 2014**; Responsável: Cláudio Rodrigues de Oliveira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Francisco de Assis Paulo da Silva; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.466). **Processo nº 713352007-00; Fundo Municipal de Saúde de Santarém; Prestação de Contas – 2007**; Responsável: Emmanuel Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.467). Presidência do Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloísio Chaves e Cezar Colares. **Processo nº 201104260-00; Associação dos Moradores do Bairro do Guamá de Belém (Centro Comunitário); Prestação de Contas – 2011**; Responsável: Joana Pantoja da Costa; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator



convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (redistribuído do Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento (Acórdão nº 29.468). Presidência do Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201608154-00 (602012006-00); Fundo Municipal de Saúde de Prainha; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 25.905 de 18.11.14 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsáveis: Sheyla Nazaré dos Santos Saraty e Nicolau João Brito Saraty; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogada: Sacha Batista Carneiro (OAB nº 18.086); **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário sua proposição de inadmissibilidade do Pedido, nos termos do parágrafo único, do Art. 271 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a decisão da Conselheira Relatora pela inadmissibilidade do Pedido, com as recomendações constantes no voto (Acórdão nº 29.469). Presidência do Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloísio Chaves e José Carlos Araújo. **Processo nº 201604324-00 (440012002-00); Prefeitura Municipal de Marapanim; Recurso Ordinário** contra contida na Resolução nº 12.158/2016, de 02.02.16; Responsável: Raimundo Luiz de Moraes; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão das irregularidades sanadas e a manutenção da decisão recorrida em seus demais termos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão das irregularidades sanadas e a manutenção da decisão recorrida em seus demais termos (Resolução nº 12.706). Presidência do Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201603651-00 (33982012-00); Fundo Municipal de Saúde de Afuá; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 28.172, de 26.11.15; Responsável: Ana Cláudia Lima de Souza; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogada: Samia Hamoy Guerreiro (OAB nº 20.176); **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas, e a exclusão da irregularidade sanada. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela pelo conhecimento e provimento



parcial do Recurso, com a reforma da decisão pela regularidade das contas, com ressalva, e a exclusão da irregularidade sanada (Acórdão nº 29.470). Presidência do Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201408650-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Aposentadoria** (Portaria nº 234/14); Interessada: Alda de Souza Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.471). Presidência do Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201415073-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Aposentadoria** (Portaria nº 607/14); Interessado: Wilson Duarte Cantanhedi; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.472). Presidência do Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201419750-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Aposentadoria** (Portaria nº 738/14); Interessada: Creuza Gomes de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.473). Presidência do Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201203378-00; Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria** (Portaria nº 005/13); Interessada: Ana de Fátima Cabral; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Processo Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora Substituta proferiu seu **VOTO**, ratificado pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.474). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 20130674-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria** (Portaria nº 032 de 18.04.2013); Interessada: Maria da Silva Ferreira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016.** Cumprindo dispositivo





regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificado pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.475). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201603537-00; Câmara Municipal de Almeirim; Ato – 2014** (Decreto Legislativo nº 001, de 02.01.2014); Interessado: Pedro Damião Rodrigues - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Caves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.707). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201407717-00; Fundação Papa João XXIII de Belém; Contratos Temporários**; Interessada: Tonya Penna de Carvalho Pinheiro de Souza - Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Caves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.476). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201507750-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Contrato Temporário**; Interessado: Makell Andeson Monte de Melo - Secretário; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.477). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda. **Processo nº 201510848-00; Fundação Papa João XXIII de Belém; Contratos Temporários**; Interessada: Tonya Penna de Carvalho Pinheiro de Souza - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Caves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.478). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605647-00; Câmara Municipal de Santa Maria do Pará; Subsídio – 2016** (Resolução nº 001/2016 de 29.02.16); Interessado: Rafael Luz Nascimento; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com ressalvas (Resolução nº 12.708). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, José Carlos Araújo e Daniel Lavareda. **Processo nº 201609925-00; Câmara Municipal de Santa Maria do Pará; Subsídio – 2016** (Lei Municipal nº 351/2016 de 24.03.16); Interessado: Alcir Costa da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 23.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com ressalvas (Resolução nº 12.709). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201609907-00; Fundo de Educação de Ulianópolis - 2005; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 26.176/2015 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Maria da Glória Miranda Araújo; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antônio José submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.710). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e submeteu ao Plenário as seguintes propostas de Resoluções: I – minuta de Resolução que propõe a alteração de dispositivos da Lei nº 7.368, de dezembro de 2009, que instituiu o Fundo de Modernização, Reaparelhamento e aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, e dá outras providências; II – minuta de Resolução que dispõe sobre a instituição da Assessoria de Inteligência e Controle Externo com vistas a subsidiar as atividades de controle externo e dá outras providências, composta pelos servidores: Mauro Passarinho, Jorge Cajano e Maurício Castelo Branco, sob a coordenação do Núcleo de Planejamento do Tribunal. As matérias foram colocadas **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: o Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar as minutas apresentadas. Em seguida, informou que nos próximos dias 17 a 19 de outubro será realizado um curso no Tribunal sobre “Experiência com a Atividade de Inteligência”, ministrado por especialistas da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, Tribunal de Contas da União - TCU, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, e demais Órgãos interessados. O Conselheiro Cezar Colares informou também que, por meio de um termo aditivo ao convênio de cooperação técnica com o TCM-PA, o Tribunal de Contas da União - TCU disponibilizará acesso ao LabiConta, um programa de ponta na área de Inteligência de Controle Externo. Comunicou, ainda, que será distribuída aos Conselheiros a minuta de alteração da Lei Orgânica do Tribunal, que está sendo concluída pela equipe responsável para que possa ser apreciada na próxima quinta-feira. Por fim,



401 convidou os Conselheiros para participarem da reunião, amanhã, com o Ministro substituto do  
402 Tribunal de Contas da União - TCU e Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros  
403 Substitutos dos Tribunais de Contas - AUDICON, Marcos Bemquerer, e o Presidente da Associação  
404 dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**  
405 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a  
406 presente Sessão, às doze horas da qual foi lavrada a presente Ata.  
407 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e sete de  
408 setembro de dois mil e dezesseis.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão